

Os nossos organismos não estão adaptados, do ponto de visto biológico e cultural, para viverem em cidades

Sob o ponto de vista da Antropologia, para conseguirmos compreender alguns problemas das populações humanas é importante ter uma perspetiva holística e transdisciplinar dos seus determinantes bioculturais. Junto da Prof. Cristina Padez, fomos conhecer o trabalho realizado no CIAS.



O Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS) foi criado em 1994 e tem como principal objetivo o estudo da saúde e do bem-estar em populações do passado e do presente numa perspetiva biocultural. Falamos do único centro de investigação em Portugal na área da Antropologia Biológica, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e com classificação de excelente.

O CIAS está integrado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), agrega 41 investigadores doutorados e 46 investigadores não doutorados. O CIAS é uma unidade interdisciplinar com investigadores da área da Antropologia Biológica, Arqueologia, Ciências da Saúde, Geografia Humana, Nutrição, Ciências do Desporto e Biologia Molecular. O CIAS está organizado em três grupos: Biologia Humana, Saúde e Sociedade;

Povos e Culturas do Passado; Genes, Populações e Doenças.

Em conversa com a diretora do centro, Cristina Padez, procurámos perceber a dinâmica desta equipa de investigação, aprofundando, numa primeira análise, o grupo que coordena – Biologia Humana, Saúde e Sociedade. No entanto, a nossa interlocutora não deixa de nos introduzir na temática desenvolvida pelos restantes grupos. Assim, o grupo de Populações e Culturas do Passado tem por principal objetivo o estudo de esqueletos humanos para aferir o padrão de vida das populações do passado – dietas, doenças, práticas funerárias, mobilidade, etc. Estes investigadores têm apresentado estudos científicos que contemplam diferentes épocas, desde o período mesolítico até às populações mais recentes. A sua investigação centra-se na análise de materiais recolhidos em escavações, mas também na análise

de restos ósseos oriundos de outros contextos. Neste campo, são profícuas as colaborações internacionais, nomeadamente, com vista a potenciar a utilização do ADN antigo (esta temática será aprofundada numa próxima edição do Perspetivas).

O grupo de Genes, Populações e Doenças foca a sua investigação na análise da variabilidade genética humana sob o ponto de vista molecular, mantendo uma relação de estreita colaboração com o grupo de Biologia Humana, Saúde e Sociedade em temáticas como a obesidade. Aliás, no último projeto realizado em parceria, assente na temática da obesidade infantil – ainda a decorrer e com financiamento da FCT – o grupo de Genes, Populações e Doenças realizou análises de ADN às crianças integradas no projeto de obesidade infantil coordenado pelo grupo de Biologia Humana, Saúde e Sociedade, com o objetivo de identificar polimorfismos de suscetibilidade para a obesidade.

Cristina Padez, diretora do CIAS, entende que “qualquer problema de saúde nas populações humanas deve ser analisado numa perspetiva multidisciplinar com a colaboração de várias áreas do saber”. Será este o ponto que mais caracteriza e diferencia o trabalho realizado por esta equipa, que se foca na abordagem biocultural dos problemas. “Temos uma perspetiva em contexto. Por exemplo, analisamos um problema de saúde no seu contexto familiar, social, económico e político: quais as características e comportamentos da família, o ambiente de residência, a cultura em que está inserido, o país, entre muitos outros aspetos”, facto que nos confere a mais-valia de poder contribuir para uma melhor compreensão dos fatores que afetam a saúde e o bem-estar das

populações”. Falamos de uma investigação fundamental que é determinante para a compreensão de muitos dos problemas de saúde das populações atuais. Os nossos resultados são uma fonte muito importante, por exemplo, para as entidades governamentais definirem as suas políticas de saúde. Por exemplo, na temática da obesidade infantil, temos apresentado dados muito relevantes em termos de saúde infantil: valores de prevalência em Portugal, os hábitos sedentários das crianças, a prática desportiva, tempo de sono, entre muitos outros aspetos relacionados com a obesidade.

Biologia Humana, Saúde e Sociedade

O grupo de investigadores do grupo de Biologia Humana, Saúde e Sociedade tenta acompanhar e estudar os problemas das sociedades atuais, embrehando-se por isso em temáticas de grande interesse no tempo presente. Por exemplo, na década de 1990, altura em que a obesidade ainda não era, globalmente, um problema de saúde pública, a investigação do grupo focava-se em estudos de crescimento humano e maturação sexual das meninas através da avaliação da sua idade de menarca. Uma das investigações mais importantes foi no tema da tendência secular da estatura de jovens adultos do sexo masculino.

No final dessa década, Cristina Padez iniciou uma colaboração com um grupo que pretendia iniciar um projeto sobre a obesidade infantil na Europa. Obteve financiamento da FCT e, em 2002, o CIAS realizou o primeiro projeto de obesidade infantil em Portugal com crianças entre os 7 e os 9 anos. Já em 2008 surge um novo financiamento da FCT para um segundo projeto de investigação. Na altura, “estava a emergir um campo muito interessante da avalia-

ção do ambiente obesogénico” – por ambiente obesogénico, entendemos essencialmente a oferta alimentar (cafés, pastelarias, restaurantes, supermercados) e o acesso a estruturas recreativas e de lazer (jardins, parques recreativos, infraestruturas desportivas) existentes ao redor da residência das famílias.

Assim, em 2009, para além da reavaliação dos valores de obesidade infantil nas mesmas escolas estudadas em 2002, o grupo efetuou o levantamento, de todos os estabelecimentos de oferta alimentar e de infraestruturas de lazer e desporto existentes num raio de 1000 metros em torno da residência de cada criança alvo de estudo. O objectivo era perceber a influência do tipo de oferta alimentar e de lazer/desporto nos valores de obesidade infantil. Em 2015, já num novo projeto financiado pela FCT – “Desigualdades sociais na obesidade infantil: o impacto da crise socioeconómica em Portugal de 2009 a 2015”, o grupo apresentou como grande objeto de estudo “o efeito da crise económica nas desigualdades da obesidade infantil”. Procurou-se perceber como é que as famílias foram afetadas, o que alteraram no seu padrão de vida e que influência tiveram essas alterações nos valores de obesidade infantil. A recolha de dados foi concluída em 2017 estando atualmente em fase de análise de dados e sua interpretação em colaboração com investigadores do University College of London e da Oxford University.

No entanto, Cristina Padez adianta que as desigualdades sociais na obesidade infantil aumentaram. Desde 2002, 2009 e 2017 o “gap” entre a prevalên-

cia de obesidade nos grupos socioeconómicos mais baixos face aos grupos socioeconómicos mais elevados aumentou, porque, regra geral, existe um gradiente social muito forte relativamente à obesidade. Este facto prevalece por variadas razões: grupos socioeconómicos mais baixos – por terem menor grau de instrução e menos rendimento – tendem a comprar alimentos menos saudáveis que são mais baratos, mas também devido a “um mecanismo de recompensa”, isto é, “se eu habituar o meu organismo a comer alimentos ricos em açúcar e em gorduras tenho mais prazer do que se comer uma maçã”.

Neste campo, os investigadores da Psicologia Evolutiva revelam que os grupos de nível socioeconómico mais baixo têm o designado “comportamento de curto prazo”. Ao passo que alguém de um nível socioeconómico mais elevado pondera as suas escolhas alimentares e de estilo de vida pensando nas consequências a longo prazo – “porque têm possibilidades económicas e fazem planos de futuro” –, os grupos de nível socioeconómico mais baixo não têm “espaço mental” para fazer planos a longo prazo e, por isso, procuram uma resposta/satisfação imediata. Acresce a falta de informação que conduz a más escolhas. “Muitas famílias desconhecem o nível de açúcar e gordura saturada existente em determinados alimentos”.

Cristina Padez alerta ainda para outro problema detetado neste estudo e que se prende com a falta de perceção que os pais têm sobre o peso das crianças: “Uma grande percentagem de pais considera que os filhos são magros ou têm o peso adequado”. Para este facto, a investigadora atribui uma carga histórica – “um passado de privação” que persiste na memória de muitos pais e avós, e que os leva a não ver o excesso de peso como algo de errado. Este problema é mais persistente em grupos de menor nível socioeconómico que não consideram o peso em excesso como um problema de saúde.

A par destas questões Cristina Padez avança com explicações menos óbvias, que passam despercebidas ao cidadão comum, mas que pesam na análise dos dados recolhidos pelos investigadores: “Nós, que vivemos nas cidades, esquecemo-nos muito das nossas origens en-

quanto espécie. Durante milhares de anos, o padrão de subsistência dos nossos antepassados foi a caça de animais selvagens e a coleta de produtos de origem vegetal. A agricultura, com novos alimentos como os cereais, é muito recente, e a revolução industrial tem cerca de 200 anos e disponibilizou alimentos muito processados para os quais o nos-

so organismo não está adaptado. Importa, por outro lado, referir que todo o ambiente que nos rodeia é muito diferente da estreita proximidade que a nossa espécie tinha com a natureza e os seus ritmos naturais. Globalmente os nossos organismos não estão adaptados, do ponto de vista biológico e cultural, para viverem nas cidades”, conclui.



VI JORNADAS PORTUGUESAS DE PALEOPATOLOGIA



30 nov. – 1 dez. 2018

CIAS | Departamento de Ciências da Vida
Universidade de Coimbra | cias.uc.pt/vijpp



Este trabalho é financiado por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito da Unidade de I&D “Centro de Investigação em Antropologia e Saúde” com a referência UID/ANT/00283/2013.